

----- **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO** -----  
----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTO ANTÓNIO, REALIZADA NO DIA VINTE E DOIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM. -----

----- **ATA NÚMERO DOIS** -----  
----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um reuniu, em sistema de videoconferência, a Assembleia de Freguesia de Santo António, sob a presidência do seu Presidente efetivo, João Paulo Marques das Neves, coadjuvado por Alberto António Rodrigues Coelho, Primeiro Secretário, e Inês Sofia Borges Silva, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Maria Elisa Manero Lemos Rodrigues, João Pedro Serrano Mota Lopes e Luis Filipe Teixeira de Lencastre de Almeida Ribeiro. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Catarina Canongia de Alpoim de Gouvia Homem, João Carlos da Silva Afonso e Maria Dalila Correia Araújo Teixeira. -----

----- **Do Centro Democrático Social (CDS)** – Paula Teresa Naia Fonseca Costa Correia Ribeiro. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP)** – Sónia Carla Pinto Costa. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** - Hernâni Custódio do Carmo. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Joana Filipa Lourenço Mira. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Vitor Cândido Ribas Nobre José, que justificou a sua ausência e foi substituído por Luis Ribeiro. -----

----- Às dezoito horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Informou que deram entrada na Mesa documentos enviados por Membro Hernâni do Carmo, Membro Sónia Costa e Membro Catarina Homem, que ainda não foram distribuídos. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** começou por desejar a todos um bom mandato.

----- Disse que o PS tinha apresentado dois requerimentos, um para facilitar a participação do público nas sessões. Compreendia que a questão pandémica era muito premente, concordava que a forma virtual através de meios telemáticos era a forma mais segura no momento para se fazer uma Assembleia de Freguesia. No entanto, havia pessoas que estavam a ser deixadas de fora, todas as pessoas que não tinham acesso a um computador, a internet ou simplesmente a um e-mail. -----

----- Como tal, iam junto do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia ver se era possível alterar essa situação. -----

----- Tomando por exemplo aquilo que se passava noutras autarquias em Lisboa, nomeadamente na Câmara Municipal e na Assembleia, mesmo quando as sessões eram virtuais garantia-se o direito de participação. -----

----- Isso fazia-se com o acesso na sede, no caso seria na Junta de Freguesia, haveria um computador e um funcionário da Junta que faria essa facilitação para o acesso daqueles que não tinham computador, internet, etc., para poderem expor as suas questões na Assembleia de Freguesia. -----

----- Pelo que tinha percebido, numa boa parte dos últimos dois anos as Assembleias de Freguesia de Santo António foram quase exclusivamente virtuais. Sabia-se que o

público que participava de forma telemática não era o mesmo público que participava ao vivo nas Assembleias. Tinham que estar sempre abertos aos dois tipos de público. --

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não tinha percebido muito bem. --

----- Se algum freguês quisesse chegar aos serviços da Junta e fazer por escrito ou poder mandar algo para a Assembleia de Freguesia parecia-lhe bem, mas participar parecia bem se fosse uma pessoa, se fossem mais tinham que ter salas para cada um. -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** disse que não seria necessário, se as pessoas fossem entrando uma por uma. Não sabia qual seria a afluência de pessoas a quererem intervir em Assembleias de Freguesia, mas a nível da Câmara e da Assembleia estavam a falar de duas ou três inscrições por sessão. Não parecia que a afluência à Assembleia de Freguesia fosse assim tão dramática e de qualquer forma o Senhor Presidente poderia marcar um limite de participações físicas.-----

----- Era um processo bastante simples, tinham um computador com acesso à internet, com uma webcam, por exemplo na Biblioteca Cosmelli Sant'Anna. As pessoas entravam, faziam a sua intervenção, ouviam a resposta e saíam, não havia grande questão. Sempre com a máscara posta, com acesso a desinfetantes. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que percebia. As pessoas não estavam juntas, teriam que estar isoladas.-----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** confirmou que era assim, mas não deixavam de participar na Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era uma possibilidade. Esperava que a pandemia acabasse na presente Assembleia, que depois fossem todas presenciais, mas não sabia se iria acontecer. Teria isso em consideração numa próxima Assembleia.

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que esse tema era bastante pertinente. Aliás, era um tema que o PCP sempre referiu no mandato anterior, que queria arranjar algumas alternativas, apesar da situação em que estavam, para as pessoas que não podiam e não tinham meios para participar nas Assembleias mas que tinham direito a participar.-----

----- Também era verdade que não podiam estar com falsas questões, porque também iam a lojas com regras, a restaurantes com regras, participavam no dia a dia noutras espaços e noutras situações em que eram criados limites de ocupação, certificados digitais, testes. O que não podiam era vedar o acesso a todos os fregueses que queriam assistir ou fazer alguma intervenção na Freguesia. Sabia-se que o público que ia presencialmente não era o mesmo público que participava por videoconferência.-----

----- Portanto, partilhava a opinião da Membro Catarina Homem, da bancada do PS, porque esse tema não era novo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que era verdade mas não tinham recebido nenhuma comunicação telefónica de algum freguês que tivesse interesse e que tivesse manifestado essa dificuldade. Se tivesse acontecido com certeza teriam pensado previamente. -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** disse que no seu caso tinha recebido. Aliás, era por ter recebido que apresentava o documento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se a pessoa não contactou a Junta

----- **Membro Catarina Homem (PS)** respondeu que a tinha contactado a si. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que devia ter contactado a Junta e se calhar tinha-se resolvido. -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** referiu que isso não o atingia só a ele, abrangia mais pessoas com certeza. -----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** começou por desejar a todos um excelente mandato. Embora com projetos diferentes enquanto cidadãos e cidadãs, estavam num projeto de cidadania e portanto tinham todos a obrigação perante quem os elegeu de

fazer o melhor para a Freguesia. Era esse o seu desejo e os seus votos, que dentro das diferenças com que se candidataram pudessem trabalhar a bem dos fregueses.-----

----- Sobre a proposta apresentada pela Membro Catarina Homem acrescentaria que, como o Senhor Presidente, também desejava que as Assembleias fossem presenciais. No entanto, quando fizesse o edital da Assembleia, no último parágrafo quando tinha “participação do público, inscrição até... através do mail”, que colocasse também o telefone fixo. As pessoas que não iam usar o mail, que não iam usar essa plataforma, tinham que ter um telefone fixo para onde telefonar.-----

----- Estavam a participar na plataforma Teams da Microsoft, usada nas instituições e pessoalmente gostava porque também era usada na sua empresa, mas reconhecia que não era uma plataforma mais usada do ponto de vista público.-----

----- Fazia todo o sentido que tivessem outro canal mais tradicional e que pudesse permitir a participação do cidadão. A transição digital era também a manutenção dos canais analógicos.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que havia aquela velha história do “pare, escute e olhe, se não souber pergunte ao chefe da estação”. Se a pessoa ligasse para a Junta e fosse lá a plataforma não estava em questão porque teriam um equipamento.-----

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que isso era verdade. Não era relevante, era apenas mais um toque, a plataforma estava muito bem. Só queria dizer que quem estava em casa podia não ter essa plataforma para poder participar. Mesmo quem usava o Zoom e o Skype podia não ter.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que essa plataforma era disponível como um navegador normal. A aplicação podia dar algum jeito mas para falar o navegador normal era suficiente.-----

----- No entanto, ficava a nota e tomaria boa nota disso. Agradecia a sugestão.-----

----- **Membro Joana Mira (IL)** sugeriu que as Assembleias de Freguesia pudessem ser transmitidas nos canais digitais. Era uma questão para quem quisesse pelo menos assistir às Assembleias. Noutras Freguesias era uma prática comum e deixava essa sugestão.-----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que o número da Junta era público e toda a gente podia aceder. A maior parte das pessoas tinha o número porque já contactaram a Junta por diversos serviços e portanto era só essa questão. Não estando, o número era público.-----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** disse que o BE partilhava a mesma preocupação do requerimento apresentado pelo grupo do PS, que também ia de encontro a algo que o BE já tinha falado no mandato anterior e que era a fraca adesão dos fregueses às Assembleias de Freguesia, que uma forma de combater esse problema seria facilitar de todas as formas possíveis a participação e a transmissão das Assembleias por canais digitais. Era uma coisa que continuava a defender e que achava importante.-----

----- **Membro João Afonso (PS)** desejou a todos um bom mandato, esperando que ao longo dele tivessem capacidade de interagir e integrar muitas das propostas que a oposição apresentou para melhorar a vida em Santo António.-----

----- Parecia que o requerimento foi aceite e queria saber se ele seria votado e quando. No requerimento estavam contempladas as várias questões que foram ali apresentadas. Primeiro que estavam a ser claros, não era uma garantia que houvesse participantes mas era uma garantia que as pessoas podiam participar. Era isso que tinham de salvaguardar e estavam a utilizar simplesmente como referente o caso da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, que estava em prática e não tinha grande dificuldade de operacionalização. Era fazer igual.-----

----- Referia também a necessidade da transmissão por via de canais abertos, como o facebook ou o youtube.-----

----- Por outro lado, como dizia a Membro Maria Dalila Teixeira, a necessidade de telefone. Era óbvio que quem queria ia procurar o telefone, não era uma entidade opaca em que as pessoas não sabiam quais eram os telefones, mas formalmente fazia todo o sentido deixar claros os meios de comunicação. Aliás tinham falado sobre isso, a necessidade de ter um mail específico para a Assembleia que pudesse ter um tratamento próprio e acompanhado do Senhor Presidente e alguém que no dia a dia da Junta de Freguesia pudesse acompanhar.-----

----- Havia um segundo requerimento apresentado pela Membro Catarina Homem e que gostaria que fosse apresentado e falar um pouco sobre ele.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que um documento seria enviado para o Executivo e o outro seria tido em conta numa próxima Assembleia. Melhorar era sempre o objetivo mas os requerimentos não seriam votados, eram tidos em consideração mas não havia necessidade de uma votação formal.-----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- *Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)*-----

----- *O 25 de novembro foi instituído pelas Nações Unidas como o dia Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. E, em Portugal, tem sido assinalado como um dia de alerta e de luta pelos direitos das mulheres.*-----

----- *Ano após ano, os números da violência contra as mulheres continuam a envergonhar o país. De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI) mais recente, apesar de ter diminuído face ao ano anterior, em 2020 a violência doméstica contra cônjuge ou situação análoga continuou a ser o crime mais participado em Portugal, representando 85% das mais de 27 mil queixas por violência doméstica. Sendo que do total de vítimas de violência doméstica, a maioria são mulheres e raparigas (75%), enquanto que a maioria dos denunciados são homens (81,4%).*-----

----- *A estes registos faltam todos os casos que ficaram em silêncio. A pandemia colocou muitas mulheres confinadas com os seus agressores. No estudo da Escola Nacional de Saúde Pública 15% dos participantes reportaram que houve violência doméstica em sua casa e 34% das pessoas inquiridas que foram vítimas de violência doméstica declararam tratar-se de uma primeira agressão.*-----

----- *A marca de género na violência sobressai também nos crimes contra a liberdade e a autodeterminação sexual, conforme demonstra o IASI 2021. Ao nível dos crimes de violação, 99,1% dos arguidos são homens e 92,3% das vítimas são mulheres. Nos casos de abuso sexual de menores, 92,9% dos arguidos são homens e as suas vítimas correspondem a 76,9% de raparigas e 23,1% de rapazes.*-----

----- *Acresce que as mulheres mais pobres, as mulheres lésbicas, bissexuais e trans, as pessoas não-binárias, as pessoas racializadas e as pessoas com deficiência são alvo de múltiplas violências. Sendo de referir a situação particularmente preocupante das mulheres trans. O Trans Murder Monitoring registou a nível mundial 350 pessoas trans assassinadas no ano em 2019, 98% das quais do género feminino, 50% imigrantes.*-----

----- *Em Portugal, o Observatório de Mulheres Assassinadas (UMAR) registou em 2020: 35 mulheres assassinadas, tendo sido 19 vítimas de femicídio em contexto de relações de intimidade e 16 mulheres assassinadas noutros contextos. E recorda cada uma delas: Ana Mafalda Teles, Ana Maria Melo, Arminda Monteiro, Beatriz Lebre,*

Carla Barbosa, Celeste Paiva, Cláudia Gomes, Deolinda Lopes, Eduarda Graça, Eugénia, Floripes Machado, Francelina Santos, Iris Abas, Isabel Velez, Jasmina Löfgren, Lúcia Rodrigues, Manuela Viana, Maria Costa, Maria da Graça Ferreira, Maria de Lurdes Gomes, Maria Isabel Fonseca, Maria Isabel Salgado Martins, Maria Lúcia Santana, Maria Nazaré, Marta Figueiredo, Nadiya Ferrão, Não Identificada, Nazaré Santos, Paula Alves, Paula Cunha, Rosa Novais, Sílvia Damião, Teresa Fernandes, Tereza Paulo, Valentina Fonseca. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Santo António saúda as iniciativas do dia 25 de Novembro, nomeadamente a Marcha pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, e o trabalho diário das associações, organizações não-governamentais, e serviços sociais do Estado que prestam apoio às mulheres vítimas de violência, onde se inclui o Espaço Júlia – RIAV (Resposta Integrada de Apoio à Vítima) na Freguesia de Santo António--”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que na sociedade atual não havia nenhum cidadão que não tivesse ouvido falar no tema da violência doméstica, nos media e em todo o lado. -----

----- Aquilo que depois pedia era uma série de informação mais técnica relativamente aos relatórios e aos RASIs, se mais tarde pudesse enviar e se tivesse os links para as pessoas não terem que andar à procura de alguma coisa em mais detalhe. Depois faria chegar também o documento às pessoas. Até para si próprio, para conhecer com mais detalhe os relatórios mencionados. Era só isso que pedia. -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** disse que o PS gostaria de subscrever esse documento, se o BE estivesse de acordo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não era habitual o Executivo falar nessa parte mas era apenas para complementar uma coisa que o Membro Hernâni do Carmo disse e que estava completamente de acordo. -----

----- Portugal tinha uma média de 27 mil casos por ano e tinha sido constante ao longo dos últimos anos. Desses 27 mil apenas 20% chegavam a julgamento e apenas 3% eram condenados. Isso segundo o RASI. -----

----- O caso começou a mudar de figura e estava-se a tornar preocupante. Através do Espaço Julia tinham um acesso diferente aos números. Como não era uma esquadra e tinha técnicos de apoio à vítima formados para o efeito, havia um espetro muito mais largo de queixas. -----

----- No namoro e na violência dos jovens os números mudavam drasticamente para 50/50. As relações de namoro mudaram e os casos apresentados através das escolas, a violência no namoro jovem estava 50/50, o que tornava a coisa assustadora. Numa sociedade que se dizia mais evoluída e sendo a tal geração com mais formação de sempre isso estava a tornar-se assustador. -----

----- Apesar do Executivo não votar, a saudação tinha toda a razão de existir. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que o PSD votava a favor. Era uma das preocupações que tinha, na área dos direitos humanos e da igualdade de género. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres (25 de novembro)”**, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação**-----

-----“-----Manifestação “Avançar é Preciso” -----

----- No passado dia 20 de novembro, milhares de trabalhadores, de norte a sul do país, participaram na Manifestação Nacional convocada pela Confederação Geral dos

*Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), sob o lema “Avançar é preciso”*. -----

----- *A luta que os trabalhadores têm desenvolvido, dos sectores público e privado, com determinação e confiança, a partir dos locais de trabalho e confluindo nesta grande manifestação, pela defesa dos direitos, pela melhoria das condições de trabalho e de vida e por um outro rumo para o País, tem sido determinante para combater a intenção de desregular horários, atropelar direitos, promover despedimentos, bloquear a contratação coletiva e limitar a ação sindical.* -----

----- *A opção pela manutenção dos baixos salários e pela desvalorização das carreiras e profissões, pela precariedade e pela desregulação dos horários de trabalho, a perda de poder de compra dos salários da Administração Pública, desvalorizando os trabalhadores, é inaceitável.* -----

----- *As políticas que levam a uma injusta repartição da riqueza nacional e a salários praticamente estagnados ou congelados, como sucede na Administração Pública, têm que acabar.* -----

----- *É necessária uma política mais justa, uma maior valorização do trabalho e dos trabalhadores; a promoção de serviços públicos de qualidade e um combate sério à precariedade no emprego.* -----

----- *É urgente revogar as normas gravosas da legislação laboral, nomeadamente a norma da caducidade da contratação coletiva.* -----

----- *Foi tudo isto que os trabalhadores exigiram, no passado sábado, ao descer a Avenida da Liberdade.* -----

----- *Assim, a eleita do PCP propõe que a Assembleia de Freguesia de Santo António, reunida em sessão ordinária a 22 de dezembro de 2021, delibere:* -----

----- *1. Saudar a CGTP-IN, pela convocação da Manifestação Nacional “Avançar é preciso”;* -----

----- *2. Saudar os milhares de trabalhadores que nela participaram;* -----

----- *3. Solidarizar-se com a luta dos trabalhadores pelo aumento geral dos salários, pelas 35 horas para todos os trabalhadores, pelo combate à precariedade, por serviços públicos de qualidade e pela defesa da contratação coletiva;* -----

----- *4. Dar conhecimento desta moção à CGTP-IN*-----

----- *A eleita do PCP na Assembleia de Freguesia – Sónia Costa*-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Manifestação Avançar é Preciso”**, apresentado pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 5 votos a favor (PS, PCP e BE) e 8 abstenções (PSD, CDS-PP e IL) -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

#### ----- **Requerimento** -----

“----- *A falta de disponibilização de informação de forma clara, acessível e atual sobre a gestão dos recursos públicos pode pôr em causa os princípios da transparência e do acesso à informação.* -----

----- *Enquanto eleitos, acreditamos que a transmissão de informação é crucial para aumentar a confiança da população nos seus governantes.* -----

----- *O princípio da transparência na administração pública é transversal a todos os organismos públicos, que por ele se devem nortear, sendo por isso exigível a adoção de determinadas condutas por parte da administração, pugnando por uma administração aberta para que os fregueses possam conhecer e aferir do cumprimento das disposições legais por parte da administração pública, em particular desta Junta de Freguesia, bem como os argumentos de facto e de direito que fundamentam as suas*

decisões, é necessário garantir a existência de ferramentas que promovam a publicitação dos procedimentos e total acesso à informação. -----

----- Assim, os mecanismos de acesso à informação e participação devem ser garantidos e até melhorados, salvaguardando a democracia e melhorando as tomadas de decisão que devem ser participadas e inclusivas. -----

----- Ora, a Junta de Freguesia de Santo António, no seu site institucional, não tem garantido os princípios da transparência e do acesso à informação. De facto não estão disponíveis os orçamentos dos anos anteriores, nomeadamente 2019 e 2020, os regulamentos de atribuição de apoios da Freguesia, os protocolos existentes e em vigor, entre outros documentos e da mesma forma a publicitação de informação no portal base tem sido descurada. -----

----- Todos os contratos públicos durante o ano de 2021, que foram portanto publicados no portal base, dizem única e exclusivamente respeito a contratos celebrados nos anos de 2019 e 2020, deixando a ano de 2021 num total vazio de informação. Todos os contratos celebrados em 2021 não estão publicados. -----

----- Vimos assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 15º do Regimento desta Assembleia de Freguesia requerer ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia que pugne junto do Executivo da Junta de Freguesia que: -----

----- 1. Proceda à divulgação da documentação institucional no site da Freguesia em formato aberto e pesquisável e nos quais se incluem os documentos previsionais, como as Opções do Plano e Orçamento, a prestação de contas, o mapa de pessoal, os procedimentos concursais, os editais, as atas, os protocolos e os regulamentos; -----

----- 2. Que divulgue no site institucional da Junta de Freguesia de Santo António registo de interesses de todos os titulares de cargos executivos nos termos exigidos pelo disposto no número 3 do artigo 15º da Lei nº 52/2019 de 31 de julho; -----

----- 3. Que mantenha a publicação de contratos adjudicados pela Junta de Freguesia de Santo António no portal base de forma correta e atualizada. ----- ”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que genericamente concordava com o requerimento. A informação estar disponível era algo que todos gostavam de ter. -----

----- Faria chegar o requerimento para que fosse respondido pelo Executivo quando fosse oportuno em tempo útil e que a informação estivesse toda disponível no site. Para todos era importante e até para si próprio quando tinha alguma dúvida. Por vezes era mais fácil chegar ao site. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que o requerimento tinha um conteúdo bastante importante e relevante. Era muito importante essa chamada de atenção sobre informação que era pública e devia ser pública, que devia ser divulgada. -----

----- Já numa das Assembleias anteriores tinha sido referido pelo PCP que não estavam disponíveis determinados documentos, nomeadamente o quadro de pessoal, o Plano, o Orçamento, etc. -----

----- Tinha sido dito que estava no site, o Senhor Presidente garantiu que estava no site, mas de facto voltava-se a confirmar que não estava. Até para os Membros, que votaram os documentos, acabavam por não saber se a versão publicada, que era oficial e visível para toda a gente, se era a versão aprovada na Assembleia. Mesmo para fazer o comparativo e verificar alterações era extremamente complicado. -----

----- Se era obrigatório ser público isso acontecia por algum motivo e a Lei era para se cumprir. Sobre isso tinham mesmo que ser intransigentes. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que os protocolos da Junta com entidades caíam em cada eleição, à medida que fossem sendo renovados eram recolocados no local. -----

----- O Instituto dos Mobiliários Públicos, do Imobiliário e da Construção, quem geria o base.gov, mandou retirar toda a informação de todos os sítios e substitui-la de forma a proteger por causa do RGPD. De momento estavam nesse processo com o ano que faltava. -----

----- Foram dadas instruções no sentido das contas, se não estavam foi por alguma coisa mas foi dada nota por um freguês que estavam de difícil acesso, estavam umas e não outras apesar de estarem todas aprovadas. Era estranho porque não havia sentido nenhum de não estarem, ainda que não fossem aprovadas eram públicas e consultáveis.

----- Já tinham sido dadas instruções nesse sentido, o Executivo responderia por escrito à Assembleia que receberia essa informação através do Senhor Presidente. -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** disse que a situação com o portal base foi em outubro desse ano e de facto era verdade, mas não era uma monitorização que tivesse feito nos últimos dois dias, fazia com alguma frequência e de facto nunca foram colocados documentos referentes a esse ano. Não era uma questão de terem que ser retirados, eles nunca foram colocados à partida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que poderia eventualmente ter havido só conhecimento agora mas essa informação circulava internamente na Junta de Freguesia muito tempo atrás. -----

#### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **Ponto 1. – Informação Trimestral do Presidente (4º trimestre 2021);**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a informação trimestral desde a tomada de posse eram sessenta e tal dias. Eram mais três meses de trabalho árduo ainda com a situação do Covid mas tudo se tinha feito para manter os níveis a que habituaram os fregueses. -----

----- Na segunda-feira e no domingo tiveram dois eventos culturais com bastante expressão na afluência de público. Uma delas foi o circo do Coliseu, que não tinha animais e foi escolhido por ser perto da Freguesia, as pessoas poderem-se deslocar a pé e não ter animais. Na segunda-feira à noite o Coro no São Jorge teve também uma grande afluência. -----

----- Queria salientar que mais uma vez isso só era possível porque os funcionários da Junta de Freguesia eram efetivamente inxcedíveis. Uma equipa de excelência e que já habituou a essas provas. -----

----- Se alguém tivesse alguma dúvida mais especificamente podia dizer, porque genericamente só tinha que dar os parabéns à sua equipa, ao Executivo e a partir dessa data também à Assembleia de Freguesia como órgão fiscalizador que certamente também tudo faria para ajudar a melhorar a qualidade dos serviços prestados à Freguesia. -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que sendo a sua primeira Assembleia também era a primeira informação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Santo António.

----- Começava por agradecer a todos os trabalhadores da Junta de Freguesia de Santo António pelo trabalho que faziam, pelo esforço que desempenhavam todos os dias em prol de todos os fregueses da Freguesia. O relatório espelhava muito do seu trabalho e portanto todos os comentários que iria fazer não se dirigiam ao seu trabalho, eram outras ponderação e avaliações que punha à consideração do Executivo e que talvez fossem de melhoria à forma como se apresentavam as informações escritas. -----

----- Sobre o documento em si, embora tivesse uma abertura com um olhar para o futuro esperava que depois tivesse também uma ponderação e um olhar sobre o passado, um pouco como um fecho de um conjunto de informações escritas que foram feitas ao longo de quatro anos de mandato. Talvez fizesse sentido nesse documento ter um pouco

esse ponto de situação, essa avaliação própria de um documento que geralmente só olhava para os lados positivos e não tinha um olhar para o que corria menos bem. -----

----- Sabia-se que os quatro anos, em especial os dois últimos anos, tiveram muito esforço, muita dedicação, muita superação, mas também muita frustração de metas que não se alcançaram e que estavam previstas. Talvez o documento pudesse ter um pouco esse olhar. -----

----- Outra questão era que entre as várias sub-unidades não se utilizava o mesmo critério de avaliação. Se nalguma sub-unidade se fazia um relatório de balanço global ao trimestre, noutra fazia-se por mês e noutra fazia-se uma listagem descritiva de todas as ações que iam sendo feitas ao longo desses três meses, noutras fazia-se um relato, um texto genérico. -----

----- Talvez fosse importante uma opção, nalguns casos até faria sentido ter um pouco de tudo, dos vários modelos, mas que houvesse uma ponderação. A leitura não devia ser só para os Membros da Assembleia de Freguesia e sim para todos os fregueses, que fosse uma leitura uniforme do trabalho. -----

----- Outra observação era que se fazia muito a síntese do que se realizou. Não tinham uma ideia do que não foi possível responder e sabia-se que muitas vezes se faziam solicitações que não era possível responder. Também não se sabia qual era a proporção do que estava previsto fazer e que se alcançou, não havia um balanço de metas alcançadas ou por alcançar. -----

----- Não terminava sem felicitar pela apresentação do documento, que era muito aprazível de se ler e apresentar, muito embora o Senhor Presidente aparecesse vezes demais. As suas felicitações pelo relatório e pelo trabalho desenvolvido. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já previa com a presença do Membro João Afonso, pessoa estimada e que prezava muito desde que o conhecia. Quando foi Vereador dos assuntos sociais em Lisboa tiveram um trabalho proficuo e de qualidade, já sabia que ele iria levar uma nova abordagem ao olhar para os documentos porque já o fazia antes noutros lados. -----

----- Efetivamente fizeram uma retrospectiva na última Assembleia de Freguesia do último mandato. Poderiam eventualmente ter repetido um pouco isso mas mais ou menos a retrospectiva cessava com o resultados das eleições. Nunca o tinha feito e achava que não havia necessidade, mas já tinha pedido por mensagem que fizessem chegar as últimas informações do mandato passado. -----

----- Explicou que todas as unidades da Freguesia tinham uma forma diferente de funcionar. Era-se pela unidade na pluralidade e gostavam imenso de dar liberdade na escolha da forma como queriam apresentar os seus resultados. -----

----- Tomava boa nota do que foi dito em relação ao que foi feito e ao que proporião fazer por trimestre. Tentaria com os serviços ir mudando ao longo do mandato nessa bitola. Agradecia a sugestão. -----

----- **Ponto 2. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 042 A AF/21 - Mapa de Pessoal da Freguesia de Santo António – 2022;** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que tinha algumas perguntas relacionadas com algumas rubricas que depois estavam relacionadas e apareciam no Orçamento. -----

----- Tinha-se falado nas anteriores Assembleias que a maior parte dos contratos eram contratos individuais de trabalho e que as situações de precariedade, segundo o Executivo anterior, não existiam ou a existirem eram situações que seriam regularizadas no curto prazo. Votara sempre a favor do quadro de pessoal. -----

----- No entanto, havia rubricas nomeadamente no Orçamento que continuavam a falar em pessoal em regime de tarefa em qualquer outra situação, que não sabia exatamente o que era, continuavam com bolsas de estágio CEI Mais, havia pessoal com contrato a

termo. Gostaria de saber concretamente que situações eram essas e qual o ponto de situação da precariedade na Freguesia, se existia ou não, se iria tudo ser resolvido. -----

----- Em relação ao projeto “Vassouras e Companhia”, na última Assembleia tiveram uma troca de palavras porque o próprio Plano de Atividades dizia que muitas das pessoas que prestavam serviços, um termo que achava ser ali usado de forma abusiva, que se recorria a desempregados de longa duração inseridos no CEI Mais. Gostaria de saber mais ou menos o número de desempregados de longa duração a que recorriam por ano, se tinham os números. -----

----- Custava-lhe a crer que um projeto que durava desde 2010 não tivesse algum carácter de tarefas permanentes.-----

----- Iria dar alguma confiança ao Executivo mas não ia confiar plenamente porque achava que algumas situações eram um bocado dúbias. Dessa vez iria abster em relação ao Mapa de Pessoal. -----

----- Aproveitava para informar que enviaria novamente o requerimento a pedir uma atualização da informação sobre o pessoal, nomeadamente pessoal contratado, pessoal avençado, as tarefas que tinham e o tipo de vínculos. No caso das avenças saber as que existiam, as datas, o número de renovações. Isso para se tentar também fazer comparativos com o anterior requerimento.-----

----- Para os Membros da Assembleia que não tiveram acesso à informação enviada pelo Executivo no anterior mandato seria importante ter essa informação, até para quando recebessem a resposta ao novo requerimento com a informação atualizada ficarem com um panorama do que estavam a falar, o que facilitava também uma análise do Mapa de Pessoal. -----

----- Gostaria que o Senhor Presidente comentasse algumas dessas questões.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que as bolsas de estágio CEI Mais estavam previstas devido àquilo que era feito pelo programa de reforço ao Covid. Havia 22 elementos no “Vassouras”, sendo que apenas quatro ou cinco eram desse tipo de bolsas. Era preciso um reforço devido às equipas em espelho e teve que se recorrer até porque não estava a ser fácil andar com concursos públicos para a frente.-----

----- Os contratos a termo eram de pessoas contratadas ao projeto. Por exemplo nos protocolos que tinham com a CML e que abrangiam a base dos CAFs e AAAs, eram protocolos anuais, renovados anualmente e só podiam fazer contrato com a duração do protocolo. Na Câmara estavam a falar em alterar o sistema, até lá só podiam contratar as pessoas com base na duração desses protocolos.-----

----- Em relação aos outros pedidos, mandaria responder por escrito. Não tinha de cabeça todos os números mas mais uma vez dizer que todos os outsourcings eram de situações que as Juntas não tinham mesmo como responder. Por exemplo no espaço público, a equipa de manutenção que seria necessária para a Freguesia de Santo António, a Junta não recebia dinheiro suficiente do Estado Central ou da Câmara para conseguir manter uma equipa de qualidade a trabalhar sem ser através de uma empresa.-----

----- **Membro João Afonso (PS)** começou por felicitar a Membro Sónia Costa pelas questões colocadas, reforçando o pedido de reenvio dessa informação distribuída no anterior mandato, o que seria importante para o esclarecimento. -----

----- O grupo do PS tinha algumas perplexidades na análise do Orçamento, relativamente às questões das remunerações que no ponto seguinte a Membro Maria Dalila Teixeira iria expor. No entanto tinha uma questão prévia, em que certamente haveria uma explicação por parte do Senhor Presidente, sobre a desproporção entre os lugares ocupados e os lugares previstos.-----

----- A leitura que faria a Membro Sónia Costa era que alguns dos lugares previstos e que deveriam estar já ocupados, por funções que se prolongavam nomeadamente em

dez anos. De qualquer forma, de 93 para 228 era um terço do número de lugares ocupados. Olhando para os números do Orçamento em termos de recursos humanos, se alguma vez fossem os 228 lugares previstos estariam em falência técnica. Em falência técnica já estavam se fosse como uma empresa, mas não eram e 60% do Orçamento em recursos humanos num serviço público ainda era digerível.-----

----- Sendo impossível ter 228 trabalhadores no quadro da Junta de Freguesia, tendo em conta o Orçamento e expectativas de evolução desse Orçamento, perguntava por que razão tinham previstos 228 lugares no mapa de pessoal.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o quadro de pessoal estava feito de uma fórmula do que seria 100% eficaz para a Freguesia estar na sua plenitude. O quadro de pessoal teria alargado consoante as verbas que supostamente deveriam ter entrado e as alterações da Lei, tudo isso que estava previsto antes dessa coisa que se abateu sobre todos.-----

----- De facto não eram uma empresa privada, tinham alguma flexibilidade em relação às percentagens de funcionários. Tinham o número de funcionários que lhes era permitido ter atualmente. Se houvesse as alterações na Lei que estavam previstas e que infelizmente não surtiram efeito com o chumbo do Orçamento poderiam ir prolongando no número, a pouco e pouco e também com a duração dos concursos, a entrada de mais gente.-----

----- A questão premente era que havia efetivamente muito pouca precariedade na Junta de Freguesia e quando ela existia tentava-se resolver no mais breve espaço possível. ---

----- Como já foi dito anteriormente até por outras forças políticas noutros locais, nomeadamente até nos últimos seis anos na Câmara, esses programas serviam também como base de reintegração de pessoas na vida ativa, algumas delas que se desabilitaram por questões várias, umas melhores e outras piores.-----

----- Era isso que utilizavam, iam buscar gente a esses programas e aproveitavam os que podiam. A Junta tinha vontade mas do outro lado também havia essa vontade ou não. O quadro estava feito à plenitude do que seria 100% eficaz, mas tinham aquilo que era possível ter. -----

----- **Membro João Afonso (PS)** agradeceu a resposta do Senhor Presidente da Junta e felicitou porque programas de reintegração no mercado de trabalho eram extremamente relevantes. Quando havia essas possibilidades de trabalho e outras formas de modelo de trabalho que se adaptassem a necessidades específicas das pessoas, deviam ser motivadas nas funções que não fossem definitivas. Era importante que a administração pública o fizesse e ao nível local, com pessoas integradas na sua comunidade, era uma mais valia, do melhor que se podia fazer para a integração de qualquer pessoa. -----

----- O mapa de pessoal teria o voto favorável do PS mas deviam discutir esse documento com mais alguma atenção porque a ideia da prestação a 100% tinha que ser um equilíbrio entre o possível e o irreal. Os 100% eram um mundo irreal, sem limites e essa visão em aberto não fazia do mapa de pessoal um bom documento de gestão. Tinham que conciliar as preocupações apresentadas pela Membro Sónia Costa sobre o equilíbrio entre o trabalho precário e o trabalho não precário, mas também ter um mapa de pessoal adequado à realidade das possibilidades da Freguesia.-----

----- Teria o voto do PS mas ficava expressa a vontade de discutir a resposta a 100%. Ao fim de oito anos de funcionamento da Junta de Freguesia de Santo António, era um tempo já muito vasto para uma ponderação sobre a dimensão necessária para o desempenho a 100% das funções da Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 042\_A\_AF/21 - Mapa de Pessoal da Freguesia de**

**Santo António – 2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS e IL) e 2 abstenções (PCP e BE) -----

**Ponto 3. – Apresentação, análise e votação da proposta nº 045 A AF de Opções do Plano e Orçamento para 2022;** -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que em termos genéricos, antes de entrar nos detalhes, a única questão que colocava ao Senhor Presidente em relação ao Orçamento, porque era um tema que também já ia do mandato anterior e que falaram na reunião do direito de oposição, era que em 2021 a Junta de Freguesia pagou mas não atualizou o suplemento de insalubridade e penosidade. Segundo informação que tinha seria por incapacidade financeira. No entanto, assegurou que iria fazê-lo. -----

----- Queria que ficasse confirmado na Assembleia que essas verbas de atualização iam ser pagas e com retroativos a janeiro de 2021. -----

----- Em relação a todo o documento, ele era muito semelhante àquilo que normalmente apresentavam mas muito generalista. Faltavam situações muito concretas, desenvolvimento propriamente dito de projetos que eram apresentados com um pendor muito assistencialista. Era a opinião do PCP. -----

----- Em relação a algumas questões concretas, muitas eram repetidas ao longo dos anos e tentaria não repetir. Esperava que os novos Membros da Assembleia colocassem as questões que normalmente se colocavam nos outros anos, para também ficarem esclarecidos. -----

----- Sobre as ações de formação que estavam previstas para os colaboradores da Junta de Freguesia e que eram faladas no documento, saber que tipo de trabalhadores normalmente abrangiam as ações de formação, se eram abrangidos todos os trabalhadores. Quando diziam colaboradores pensava que fossem trabalhadores que se estavam a referir. -----

----- Quanto ao programa de voluntariado jovem, sempre que discutiam o Plano a preocupação era saber se de facto esses estagiários não iam fazer tarefas que normalmente a Junta já teria que garantir com os seus próprios trabalhadores. Repetia por ser uma questão pertinente. Queria saber quantos estagiários foram envolvidos em 2021 e quantos esperavam em 2022, aproximadamente e só para terem uma noção. -----

----- Se recebiam ou não, já foi respondido anteriormente mas só para ficarem com essa matéria devidamente atualizada. -----

----- Em relação ao posto de limpeza urbana, durante a campanha o PCP visitou os postos de limpeza e sabia que a Junta de Freguesia também tinha tentado ao longo dos anos resolver esse problema, mas havia falta de condições muito significativas nos postos de limpeza existentes. Um deles pelo menos era provisório com cerca de quinze anos e isso era referido no próprio Plano de Atividades. -----

----- O que gostaria de saber no concreto era que tipo de medidas já tomaram ou iriam tomar para resolver essa questão que se arrastava e causava muito más condições aos trabalhadores dos postos de limpeza. Saber o que estariam a pensar fazer junto da Câmara Municipal, mas mesmo que a CML não resolvesse era necessário e urgente arranjar uma situação, nem que fosse transitória mas para que as pessoas não estivessem assim. -----

----- Não sabia se já tiveram oportunidade de visitar o posto de limpeza do Rato, mas não se lembrava em muitos anos entrar num posto de trabalho em que as condições fossem aquelas. Sabia que a culpa não era da Junta de Freguesia mas o Executivo tinha o dever e sabia que iam fazer, segundo o que diziam as ligações seriam muito mais fortes junto da Câmara Municipal, resolver isso com alguma urgência. Gostaria de saber o que já fizeram sobre isso e em quanto tempo pensavam que poderia haver alguma solução para essa questão. -----

----- Relativamente ao desporto e mais concretamente ao polidesportivo do Passadiço, saber qual era o ponto de situação da recuperação. Falavam nisso mas gostaria de saber mais concretamente em que fase pensavam desenvolver as atividades que mencionavam no Plano de Atividades. -----

----- Em matéria de espaços verdes, saber quando se previa concretizar uma coisa que era muito prometida de terem um jardineiro por cada jardim. Já tinha vários anos no programa do PSD. O intuito continuava lá escrito mas mesmo nas opções que achavam ser boas para a população cabia ao PCP perguntar o ponto de situação. Aliás, não ia falar no centro de saúde, outra das coisas que o PCP concordava em fazer-se um forcing junto das entidades e o Executivo tinha um papel essencial nisso, para ter um novo centro de saúde na Freguesia. Havia coisas que até concordavam. -----

----- O intuito estava escrito, iam tentar fazer, mas cabia perguntar quantos jardineiros iam aumentar, como isso iria ser feito, durante quanto tempo. -----

----- Em relação a tirar as ervas dos passeios, saber que métodos e materiais estavam a pensar continuar a utilizar, se tinham alguma calendarização definida diferente do passado. Muitos fregueses se queixavam e era um tema que se costumava falar, as ervas nos passeios que muitas vezes pareciam um jardim. Já se tinha falado nas questões biológicas mas se calhar precisavam cortar mais vezes. -----

----- O PCP iria votar contra porque entendia que as opções eram as do Executivo, que foi eleito como tal, as opções do PCP seriam outras. -----

----- **Membro Hernâni do Carmo (BE)** disse que tinha uma observação sobre a despesa que respeitava à rubrica “aquisição de serviços” que aparecia em todas as sub-unidades apresentadas no Orçamento e correspondia quase sempre à totalidade dos montantes alocados. -----

----- Na comunicação representava 73%, nos espaços verdes e manutenção 94%, pelo que o Senhor Presidente disse devia referir-se ao outsourcing, educação 86%, cultura 70%. Tinham um Orçamento mas depois iam ver e quase a totalidade da despesa orçamentada estava nessas rubricas. -----

----- Para terem uma leitura mais clara seria positivo tentar clarificar o que estaria incluído nesse saco e por isso pedia algum esclarecimento. -----

----- Nas Opções do Plano lamentava não encontrar nenhuma referência a algum plano de ação para tornar os passeios da Freguesia mais acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. Sabiam que era uma realidade dura e difícil para quem enfrentava essas limitações, esse problema devia ser sinalizado e apresentadas soluções. -----

----- Também lamentava a referência nula à rede de bicicletas públicas ou mesmo outro tipo de alternativas sustentáveis à utilização de carros na Freguesia. Estavam a falar de uma Freguesia com algumas das principais artérias mais poluentes da cidade e seria interessante haver alguma palavra sobre esse tema. -----

----- Outra questão que lamentava era a ausência de referência àquilo que chamava um estímulo à democracia nas decisões da Freguesia. Num plano tão extenso de comunicação não encontrava nada sobre a transmissão das Assembleias de Freguesia por algum canal online, youtube ou outro, que era uma prática muito recorrente em várias Freguesias. -----

----- Depois a não existência do orçamento participativo. Esse tema já foi discutido entre o BE e o Senhor Presidente na reunião do direito de oposição, que se sabia não ser a favor dessa ideia e teria as suas razões mas a visão do BE era que seria uma forma de estimular a democracia na Freguesia e envolver cada vez mais os fregueses nas decisões. Essa parte estava a ser desvalorizada. -----

----- Em relação à parte da limpeza urbana, via esse tema com muita preocupação e no documento escrito havia essa preocupação por parte do Executivo em melhorar. Bastava

percorrer algumas ruas e encontravam-se sacos de lixo por todo o lado. Não era exagero, todos os meses chegavam fotos dessas situações, mas parecia haver alguma preocupação e restava perceber se iria fazer efeito porque a situação não era sustentável.

----- A questão do voluntariado jovem repetia-se todos os anos e o BE via isso com muita apreensão, saber o que era voluntariado e que tipo de trabalho estaria a substituir. Para além disso, a excessiva lista de tarefas que esses voluntários faziam parecia exagerada, desde serem uma espécie de promotores turísticos a fazerem trabalho de policiamento. Parecia excessivo e era um tema recorrente todos os anos. -----

----- Aparecia a questão das comemorações do Parque Mayer e gostava de tentar perceber quais os planos por parte da Freguesia com a Câmara para o Parque Mayer. --

----- O Orçamento e as Opções do Plano eram feitos de escolhas políticas, escolhas essas que tinham legitimidade do Executivo que saíu do último ato eleitoral, mas não eram as escolhas do BE e por isso o voto seria contra. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria fazer duas pequenas correções porque às vezes as coisas eram ditas só de um lado e ficavam meio baralhadas.-----

----- O suplemento estava a ser pago, o que não estava a ser pago era o aumento. Já foi falado com o sindicato que assim que houvesse disponibilidade de verba, porque devido às circunstâncias da vida ficaram sem um milhão e meio, seria pago com retroativos. Era isso que estava combinado com o Presidente do sindicato. Não estava a ser pago era o tal aumento que foi dado pelo Estado, quando aumentavam e tiravam dinheiro a coisa não era possível fazer porque a Junta não era um gerador de receitas próprias. -----

----- As ações de formação eram temáticas. Por exemplo os do CEI não eram funcionários do quadro mas ao abrigo do contrato podiam estar incluídos nas formações e iam também. Se houvesse uma ação de jardinagem para funcionários dada pela CML onde os três jardineiros incluídos naquilo que a Membro Sónia Costa dizia não haver mas havia, um jardineiro por jardim, iam esses e não os do outsourcing, só iam os funcionários da Junta porque os do outsourcing não podiam ir. -----

----- As ações de formação eram para todos aqueles que estavam dentro dos trâmites legais para poderem entrar. -----

----- Quanto ao posto de limpeza, era verdade e estavam a trabalhar nisso. Tentava-se ter um posto de limpeza novo no Mercado do Rato, infelizmente nos últimos catorze anos isso não foi possível, veriam o que se podia fazer em quatro mas tinha a palavra do Senhor Vereador Ângelo Pereira, que puxou para cima essa prioridade e estava a procurar o tal projeto que a Câmara andou anos a dizer que tinha e que ainda ninguém viu. Se não aparecesse seria feito porque a palavra do Senhor Vereador Ângelo Pereira era que no mandato teriam um posto de limpeza do Rato novo e até para que o da Avenida da Liberdade, que tinha melhores condições do que o do Rato por incrível que parecesse, deixasse de funcionar. -----

----- O que existia era voluntariado jovem, não eram estagiários. Por exemplo o seu filho com dezasseis anos já podia acompanhar e ajudar os monitores dos CAFs, em vez de estar agarrado à playstation estava a aprender a fazer qualquer coisa de útil para a sociedade. A idade média deles era entre os dezasseis e os dezoito, estavam em altura de estudo e não a fazer trabalho nenhum que devia ter sido feito por adultos. Estavam a apoiar o monitor, que esse sim trabalhava com a Junta, era funcionário ou colaborador porque podia ter contrato a termo por causa dos protocolos nos CAFs anuais e renováveis anualmente. -----

----- Por exemplo em 2021, por vicissitudes da situação Covid, tiveram apenas seis e grosso modo até foi nas férias de Natal que em vez de terminarem no dia 3 terminavam mais cedo. Na segunda-feira já não haveria CAFs nem ATLS porque foi tudo para casa.

----- A questão do Passadiço era outro imbróglio. O anterior Executivo da Câmara Municipal fez e muito bem obras na Ducla Soares, assinou o contrato com a empresa que utilizou o campo do Passadiço para estaleiro de obra, desmontou... aí dava uma opinião pessoal porque tinha certeza que se fosse no tempo do Vereador João Afonso não acontecia. A Câmara acabou a obra, desmontou o estaleiro, foi embora e estava-se a ver a forma legal de um CDC para avançar a Junta com a obra, a Câmara logo trataria das indemnizações e essas coisas todas com a empresa.-----

----- Não era de fonte oficial mas a informação que tinha era que a empresa sub-contratada faliu e em princípio a Câmara avançaria com um CDC para a Junta fazer a obra de reposição do campo do Passadiço. Esperava o mais tardar em março ou abril conseguir abrir portas.-----

----- Quanto ao centro de saúde, era muito fácil dizer que queriam um centro de saúde mas também tinham que apresentar soluções e foi isso que se fez numa reunião com os centros de saúde da área. Tinham gente em Sete-Rios, tinham gente na Alameda, em Santa Quitéria e na Travessa do Noronha. Apresentou-se à Câmara a solução para melhorar os existentes, tão maus que nem deviam estar abertos, passando para um centro de saúde como devia de ser e com todas as condições. Estava na mão de quem de direito e teve muito boa receção por parte da Câmara, tanto que a primeira ordem foi retirar aquele imóvel que estava incluído numa lista de imóveis da Câmara para vender. Pelo menos uma primeira fase seria essa.-----

----- Em relação às ervas, teriam sido se não a primeira pelo menos a segunda Junta a deixar de usar o glifosato. Andava-se numa competição saudável com a Estrela para ver quem descobria os melhores métodos amigos do ambiente para a deservagem na Freguesia, mas já eram muitos anos sem usar glifosato.-----

----- Era com roçadora manual, o que causava o nascimento mais rápido das ervas, mas com as mudanças atmosféricas também não tinha sido fácil porque se chovia um pouco e a seguir era sol com calor lá iam as plantas todas outra vez. Quando a estação de inverno era de meses seguidos tornava-se tudo mais fácil, mas atualmente já não era assim.-----

----- Na aquisição de serviços estava incluído uma série de coisas. Por exemplo na cultura não tinham músicos. Não tinham nenhuma sala, que iriam ter com as promessas de uma sala multiusos por Freguesia, mas não tinham e era preciso alugar sala, aparelhagens de som, etc. Para dar cultura tinham que a pagar e isso estava na aquisição de serviços especializados. Na comunicação, por exemplo tinham quem fizesse a revista mas não tinham onde a imprimir e contratavam esses serviços.-----

----- Era esse tipo de coisas que estavam incluídas nos departamentos, coisas que não tinham. Por exemplo na informática não tinham ninguém para construir computadores, era uma aquisição de serviços em outsourcing que vendia computadores. A contratação de um vídeo estava incluída nesse tipo de aquisições.-----

----- A transmissão online sim.-----

----- A mobilidade foi uma promessa eleitoral e iriam cumprir. Juntamente com a Membro da IL já tinham feito uma descida da Avenida da Liberdade com a Associação Salvador, com a qual estavam a trabalhar para serem a Freguesia piloto de acessibilidade na Cidade de Lisboa. Foi também uma das bandeiras da IL a mobilidade e estavam a trabalhar nisso, começando aos poucos com a ajuda da Câmara e da Vereador Laurinda Alves que se atravessou por essa causa em conjunto com a Junta de Freguesia no dia da descida da Avenida da Liberdade com uma série de pessoas.-----

----- Sobre o orçamento participativo já se esgrimaram argumentos na reunião de oposição.-----

----- Em relação ao lixo, grande parte das queixas pertenciam à Câmara Municipal mas já começaram a sair as primeiras multas efetivas da Junta de Freguesia nos seus processos, já tinham essa capacidade. Pensava que a coisa iria mais depressa ao sítio porque quando se tocava no bolso as pessoas começavam logo a pensar duas vezes. ----

----- Quanto aos voluntários, o Membro Hernâni do Carmo tinha falado numa extensa lista de policiamento, turismo. Não sabia que voluntariado era esse porque os voluntários faziam voluntariado no supermercado social “Valor Humano”, apoiavam nas escolas e nos programas... da Freguesia. Apoiavam os monitores, apoiavam a gestora do supermercado na reposição e tinham o horário das cinco horas, recebiam o que era estipulado pelo IPDJ que se não estava em erro eram dez euros por dia. -----

----- Como não tinham culpa, nem eles nem os monitores, do Governo os ter mandado para casa a verba seria paga integralmente como se tivessem ido trabalhar nas férias de Natal. Ninguém tinha culpa que houvesse uma decisão desse tipo por causa da pandemia. -----

----- O Parque Mayer era muito grato e o centenário do Parque Mayer estava a ser pensado com o departamento de cultura da Câmara e com a EGEAC. Estava a ser pensado para um mês no verão e nessa altura quase de certeza poderiam abrir um pouco mais. Entre muitas outras coisas pensavam ter novamente wrestling e boxe no Parque Mayer. Era preciso saber a história do Parque nos cem anos de vida. -----

----- Por exemplo quem ia ao Rock in Rio, havia aquela parte da cidade do rock. Era um pouco isso que se iria fazer, utilizando todo o portfólio existente sobre o Parque Mayer, onde estavam as estruturas, onde era o boxe. Tentariam reconstruir o parque dos sonhos durante um mês com a EGEAC e a Câmara Municipal, tentando devolver o Parque Mayer às pessoas e ao povo, porque o Parque Mayer era efetivamente do povo. -----

----- O projeto que se tinha apresentado na comunicação social e na Assembleia de Freguesia era um pouco mais fixo, que ia desde a escola de dança do Conservatório Nacional à escola de música, à Escola Superior de Teatro e Cinema, ao Museu do Teatro. Estava planeado para ser uma aldeia cultural e para exportar talento. Isso não era o plano dos cem anos, era o plano do projeto apresentado para o Parque Mayer que foi recusado liminarmente pelos anteriores Executivos depois do António Costa. O António Costa via esse projeto com muito bons olhos e gostava dele, o seu a seu dono e não tinha problema nenhum com isso. -----

----- O projeto dos cem anos centrava-se em fazer renascer o Parque Mayer mesmo que de forma provisória. Aproveitava-se não estarem em tempo de eleições e não serem acusados para fazer crescer o Parque Mayer, mesmo que de forma provisória. -----

----- **Membro Joana Mira (IL)** começou por agradecer ao Senhor Presidente Vasco Morgado a reunião do direito de oposição. -----

----- Em relação às Opções do Plano e Orçamento a IL tinha apresentado as suas bandeiras junto do Presidente, que escutou e demonstrou que não iria ceder na situação relativamente ao outsourcing da higiene urbana. Também falaram das questões do estacionamento e o Presidente apresentou uma solução que parecia viável. Falou-se em relação ao Parque Myer. -----

----- Colocaram-se todas as problemáticas que envolviam a vizinhança e o Presidente mostrou-se preocupado e aberto para ouvir, mas havia coisas que não podiam ser feitas de momento e queria acreditar que no próximo Orçamento fosse possível incluir as ideias da IL. -----

----- Não valia a pena estar a repetir o que se disse anteriormente, mas goataria de deixar uma preocupação da IL em relação à rubrica 3, nomeadamente aos canídeos. Havia nas Opções do Plano e Orçamento o apoio à adoção responsável de animais de companhia e havia uma taxa ou imposto sobre o registo e licenciamento do animal. -----

----- Derivado à pandemia e consequente falta de capacidade económica dos portugueses, inclusivé dos vizinhos de Santo António, havia animais que eram abandonados. Seria uma boa iniciativa por parte do Executivo eliminar uma taxa que tinha prevista de 925 euros e retribuir esse valor aos vizinhos, dando uma espécie de incentivo à adoção e ao não abandono animal. -----

----- Sabia-se que por exemplo sobre a comida animal incidia um IVA a 23%, o que lhe parecia completamente desproporcional. Não era uma competência da Assembleia de Freguesia, mas poderiam ajudar com um pequeno gesto e eliminando uma taxa de registo e licenciamento canídeo, o que para si parecia uma excelente ideia devolver esse dinheiro aos fregueses. -----

----- Queria deixar a intenção de voto afirmativo perante o Orçamento apresentado pelo Executivo da Freguesia, mas prevendo que no futuro pudessem contar com opções mais liberais. -----

----- **Membro Catarina Homem (PS)** disse que relativamente ao Orçamento e Opções do Plano via com alguma preocupação a forma como isso foi feito. O Executivo da Junta limitou-se a fazer as Opções do Plano sem uma consulta digna desse nome às outras forças políticas. -----

----- Tinham sido chamados por força do estatuto do direito de oposição em vigor mas sem se proceder à apresentação dos documentos, ainda que fosse uma apresentação sumária. -----

----- Sobre as Opções do Plano o PS considerava não se afigurar como um documento estratégico, era apenas um elenar das ações previstas para o ano 2022. -----

----- Como todos sabiam, a crise sanitária foi revelar de forma mais acentuada os problemas crónicos do País e da Cidade de Lisboa e mais especialmente na Freguesia, destacando a instabilidade económica e social das famílias. Seria importante a elaboração de um diagnóstico mais atual da Freguesia, um diagnóstico de Santo António no pós confinamento, no pós restrições às atividades comerciais, mas não só, porque na realidade todo o ecossistema foi afetado com a pandemia. -----

----- A Freguesia de Santo António carecia de estratégias inteligentes e inovadoras que permitissem uma transição para uma economia mais sustentável e uma sociedade mais equilibrada e justa, algo que não se via refletido no documento das Opções do Plano. --

----- **Membro Maria Dalila Teixeira (PS)** disse que ao analisar a proposta de Orçamento a primeira coisa foi ir ao site da Junta buscar o documento anterior apresentado em 2021 e com que a Junta ainda estava a trabalhar. Esse documento não estava lá e analisara o presente Orçamento com base na execução do Plano a 31 de outubro. Portanto, a análise que ia fazer tinha como fonte essa execução e a proposta apresentada. -----

----- Tinha um déficite de conhecimento porque não estava no Executivo, pelo que pedia que relevassem alguma interpretação mais desfocada que pudesse fazer porque não conhecia a situação no concreto da Junta de Freguesia do ponto de vista da ação política. -----

----- O Senhor Presidente apresentava um Orçamento para 2022 que, pela natureza da Freguesia, os grandes números tinham a ver com as despesas com pessoal, os 60% como foi referido. O segundo grande número eram as aquisições de serviços, os outsourcings e o conjunto de aquisição de serviços associado. Compreendia que quando as Freguesias receberam as transferências não tinham nos seus quadros competências internas para as assumir todas e que era necessário recorrer ao outsourcing, mas de facto era preciso olhar para os custos com pessoal e com os outsourcings e fazer um equilíbrio entre o que podia ser internalizado e o que se podia manter em outsourcing. -

----- As Juntas de Freguesia eram entidades do poder local com grande relevância. O Senhor Presidente também tinha essa sensibilidade e iria com certeza caminhar para esse equilíbrio, tanto em termos de quadro de pessoal como em termos dos custos com serviços externos. -----

----- Tinha olhado para a execução orçamental e via na verba corrigida a outubro, já com saldo do ano anterior, uma verba geral de 6.641.000 euros. No Orçamento que estava ser proposto via uma redução na ordem de 1,3 milhões de euros. Não estavam a trabalhar com um Orçamento inferior em 20% ao que tinham em 2021. -----

----- Olhando para as áreas em que o Senhor Presidente teve que ajustar e acomodar a redução, começava logo pela limpeza urbana, a que o Senhor Presidente chamava e parecia que bem o ambiente urbano. Essa área, a rubrica 03.01, tinha uma verba de 304.000 euros e passava para 109.000, numa redução de 64%. -----

----- Na execução do ano anterior, onde o Senhor Presidente tinha uma verba para despesas de capital na ordem dos 130.000 euros e que tinha prevista a compra de material de transporte, de carrinha, de equipamento, não via isso executado até outubro. Diria que pensavam executar até dezembro mas essa verba não foi executada e também não estava prevista no Orçamento de 2022 e isso era preocupante porque se tratava de equipamentos e instrumentos essenciais. -----

----- Depois reduzia também nas aquisições de serviços, na conservação, nos serviços especializados. Fez-se uma redução de 64% nessa rubrica. -----

----- Olhando para a outra rubrica dos espaços verdes e a sua manutenção, a rubrica 03.02, passava de 726.000 euros para 226.000, menos meio milhão de euros do que no ano anterior. Perguntou onde o Senhor Presidente iria reduzir na aquisição de serviços, se nos combustíveis e na aquisição de bens e utensílios que deduzia serem essenciais para a ação no espaço público. -----

----- Outra área com uma redução significativa era a ação social. Olhando para o Plano e para o conjunto de programas que tinha e bem na ação social e no apoio que a Freguesia iria precisar ainda nessa fase para a recuperação, havia menos 109.000 euros, menos 20% na ação social. Provavelmente haveria criatividade para fazer mais com menos, mas por vezes era difícil. -----

----- Também a cultura sofria uma redução forte, de 34%, pesasse embora o projeto e até a paixão que reconhecia com que o Senhor Presidente falava sobre o Parque Mayer. Era uma referência para todos e teria com certeza todo o apoio para ser um bom projeto. -----

----- Em sentido inverso havia um crescimento na rubrica 02.04, da comunicação. Era um crescimento na ordem dos 39%, passava de 61.000 euros para 86.000. Se esse crescimento fosse para concretizar aquilo que já tinha manifestado vontade de comunicar nas plataformas digitais com os fregueses, isso era um bom crescimento. Estaria de acordo que houvesse aí um investimento, na comunicação com os vizinhos. -----

----- Depois havia um crescimento no desporto de mais 39%. -----

----- A pergunta que fazia era onde houve uma redução da receita. Tinha feito o mesmo racional, olhar para a execução e olhar para o que era proposto, via que na transferência da administração local havia uma redução na ordem de 2,9 milhões para 1,9 milhões. A pergunta era se teria menos transferência da Câmara Municipal para a concretização dos seus projetos, saber onde estaria a redução desse valor. -----

----- A execução do Plano em 2021 tanto na receita como na despesa, sabendo o contexto em que se vivia da pandemia e que houve muita dificuldade na execução de uma série de coisas, tinham todos essa contemporização, mas era de facto muito baixa. Uma execução da receita de 54% e da despesa 47%. -----

----- A segunda pergunta sobre esse tópico era onde o Senhor Presidente pensava chegar até ao fim do ano, de outubro até dezembro, na execução do seu plano orçamental. -----

----- Quanto à proposta para despesas de investimento, 34.500 euros, era manifestamente insuficiente. Podia não ter visto bem mas fazia a leitura que esse valor era uma transferência de capital e uma receita que o Senhor Presidente iria aplicar essencialmente em equipamento informático. Tinha percebido que podia ter essa componente de outsourcing nas TI, mas atualmente as ferramentas tecnológicas e as TI de qualquer instituição, fosse uma junta de freguesia, uma câmara ou uma empresa, eram essenciais. -----

----- Deviam ter uma melhor aposta em olhar para as TI da Junta de Freguesia, que não percebia as soluções que tinham, o que estaria em outsourcing. Verificava que as licenças da apple eram classificadas numa despesa de capital, mas as licenças eram pagas ano a ano, a não ser que a Junta estivesse a comprar licenças para dois ou três anos e aí sim era uma despesa de capital. Se fosse só para o ano era uma despesa corrente. -----

----- Perguntou que tipo de outsourcing tinham fora e dentro, porque também via despesas para comprar storage, discos rígidos. Não era nenhuma crítica mas era uma forma de olhar para as TI que diria precisar de um upgrade. Havia outras soluções menos onerosas para as instituições de misturar uma solução dentro de casa e uma solução fora de casa, porque estavam apenas a pagar licenças. -----

----- Podiam dizer que se estava a aumentar na aquisição de serviços, isso era verdade, mas estavam a diminuir na compra desses equipamentos que ao fim de dois anos já não davam resposta às novas solicitações. -----

----- Eram essa notas que tinha da leitura do Orçamento. Pedia desculpa por algum lapso que tivesse cometido nessa interpretação mas que resultava de não ter tido acesso ao documento inicial anterior e estar apenas a olhar para o documento depois da integração do saldo. Podia ter aí algum desfoque. -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que esse documento, tal como a informação, padecia do mesmo problema de edição e aí era mais grave do que na informação escrita. Num documento de Opções do Plano devia haver uma metodologia uniforme e seguida entre as várias sub-unidades e isso não acontecia. -----

----- Achava que não estavam perante Opções do Plano mas perante uma longa listagem de atividades, até descritas com bastante detalhe, mas sem saber para que estavam a contribuir. -----

----- Era a continuidade de um mandato e estava a fazer uma interpretação benévola, uma situação de continuidade que tinha a ver com a pandemia, mais preocupados em distribuir a atuação do que ter um caminho para onde estivessem a seguir. Estava otimista que durante os próximos quatro anos se dirigissem para algo mas o documento estava aquém para iniciar um novo mandato. -----

----- De facto o quadro de investimentos previstos e o que se propunha para os anos seguintes, diria que não se propunha fazer muito. Aliás, previa-se gerir o sistema que era manifestamente aquém daquilo que esperava ter como documento para análise. -----

----- Fazendo jus à reunião que tiveram, não retirando nada àquilo que a Membro Catarina Homem afirmou sobre a reunião que tiveram e as questões colocadas, havia um ponto de discordância manifesta entre si e o Senhor Presidente da Junta e que era a questão da comissão social de Freguesia. -----

----- Tinha lido com surpresa a intenção de participar no Conselho Local de Ação Social, o que felicitava e desejava que assim acontecesse porque não se lembrava de ter a honra da presença do Senhor Presidente em muitos dos conselhos que presidira. Esperava que a nova Vereadora, Doutora Laurinda Alves, tivesse a presença do Senhor Presidente a representar a Junta de Freguesia e a dar voz aos fregueses, mas também

gostaria que o Senhor Presidente da Junta estivesse também a dar voz à comissão social de Freguesia de Santo António, que esperava constituir-se até ao fim do mandato. -----

----- Mais uma vez levariam à Assembleia uma proposta de constituição da comissão social de Freguesia, tal como os anteriores eleitos do PS fizeram, na esperança desse modelo de organização e participação. A questão da participação era essencial e a comissão social de Freguesia era de facto uma forma de participação e construção em comunidade. -----

----- Outro ponto era na acessibilidade pedonal, que não estava refletido no documento embora já tivessem falado, mas havia uma parte importante do processo de tornar acessível a Freguesia e que passava pela implementação da ZER da Baixa. A sua implementação e adaptação pela Avenida da Liberdade iria levar condições que atualmente não existiam. -----

----- Esse projeto teria que ser implementado, pegando no bom plano que estava executado ou noutra adaptação mas era imprescindível e seria algo extremamente importante para a Freguesia de Santo António. A melhoria das condições de vida, da qualidade do ar, condições de estacionamento, mobilidade interna da Freguesia, teriam tudo a ganhar com isso e um bom acompanhamento da Junta de Freguesia seria imprescindível para aproveitar esse movimento e essa transformação. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** disse que a bancada do PSD votava favoravelmente o Orçamento, que considerava equilibrado em situação pandémica. A Freguesia iria manter todos os seus serviços para os fregueses e isso era o mais importante. -----

----- Gostaria que o tempo fosse bem dividido entre todas as forças políticas porque até ao momento a bancada do PSD não teve grandes intervenções. Deviam ter acesso ao mesmo tempo de forma justa porque estavam também em representação do povo. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que uma das medidas que estavam a fazer era a distribuição direta aos registos dos donos de canídeos de sacos biodegradáveis para os dejetos. -----

----- Em relação à taxa, pensava que não seria possível porque era uma obrigatoriedade da média dos últimos dois anos constar a nível de Orçamento, mas na cobrança de taxas existia a figura da isenção. Quem tinha o relatório dos serviços de apoio da Freguesia de Santo António estava isento do pagamento de taxas. Era obrigatório por Lei nos cães de caça, noutra tipo de animal que não fosse só considerado animal para fins de companhia e mesmo assim se tivesse relatório do apoio social havia uma isenção de taxa. -----

----- Os 925 euros eram uma média dos últimos dois anos, que a Lei obrigava a estar inscrito no Orçamento. -----

----- Quanto aos diagnósticos, talvez por ter nascido e crescido ali era desde essa altura que fazia diagnósticos na Freguesia. Vinte e três anos de bombeiro dentro da Freguesia e uma série de outras coisas davam alguma vantagem no conhecimento de cada curva da Freguesia. -----

----- Percebia que se tivesse de contratar um estudo como o que foi feito do alojamento local uns anos atrás por 36 mil euros, no qual a Freguesia não entrou e depois veio-se a provar o que tinha dito ali. -----

----- Respondendo à Membro Maria Dalila Teixeira disse que eram prudentes, o decréscimo do Orçamento era mera questão de prudência. Não se sabia que verbas a Câmara iria disponibilizar e quando tivessem essas certezas iriam à Assembleia de Freguesia com uma revisão orçamental. -----

----- Houve uma isenção de taxas e ainda não as estavam a cobrar em cerca de meio milhão de euros, que não se contabilizaram no Orçamento. Tiveram menos quase um

milhão de euros de contrato interadministrativo, vulgo a taxa turística, que ficou retida pela Câmara. -----

----- Ficaram a saber *in loco* e oficialmente na Assembleia Municipal, mas estavam à espera dos documentos que dessem essas certezas com datas e com tudo. Na Assembleia Municipal o Presidente Carlos Moedas brindou-os com a notícia que até ao dia 31 de dezembro as Juntas iriam receber 50% da verba que estava prevista para esse ano. Basicamente tinham a receber 965 mil euros e iriam receber metade até ao dia 31 de dezembro. -----

----- Para 2022 o valor da taxa turística mantinha-se na Freguesia de Santo António e em maio receberiam a primeira tranche de 2022, em setembro a segunda tranche de 2022 e em dezembro a segunda tranche de 2021. Foram brindados com isso, talvez pelo espírito natalício, apesar da Câmara não estar numa situação financeira fácil em nada, mas seria a Câmara a falar disso e por si falava apenas pela Junta de Freguesia. -----

----- Na rubrica do FES era também considerado o mesmo valor de 2021, esperava que sim e que nada fizesse mudar isso. -----

----- Falou-se com a Vereadora e estavam à espera da certeza final para a verba da CPCJ ser aumentada para mais 15 mil euros. -----

----- Tudo isso eram números que não se refletiam no Orçamento porque não havia nada que desse certezas e a coisa podia correr mal, ainda piorar e fecharem mais. Foram algumas quedas de receita que tiveram e tudo isso se refletia naquilo que a Membro Maria Dalila Teixeira disse. -----

----- Assim que houvesse a certeza iria à Assembleia de Freguesia uma revisão orçamental. -----

----- Em relação à ZER não discordava. A mobilidade estava a fazer o seu caminho, podia demorar mais ou menos mas haveriam de lá chegar. A ZER só tinha pecado porque foi posta na gaveta por opção do anterior Executivo. Poderia eventualmente ter uma revisão do seu plano, até porque o Presidente Carlos Moedas disse que não era contra a nova mobilidade. No entanto, a nova mobilidade também tinha que ter regras porque o número de atropelamentos em cima do passeio sobre trotinetes era mais que muito e bastava falar com os corpos de bombeiros da cidade para perceber que saíam quatro, cinco, sete vezes por dia para ir buscar pessoas que eram atropeladas por trotinetes em cima dos passeios. -----

----- Podia-se dizer que as estradas não estavam preparadas para as trotinetes, os passeios eram para as pessoas e as trotinetes na estrada. A mobilidade estava a fazer o seu caminho e isso eram as dores de crescimento. -----

----- A ZER só pecou porque o Presidente anterior meteu na gaveta durante a pandemia, quando lhe tinha dito que na altura em que estava toda a gente em casa era quando podia ter feito aquilo, as obras não chateavam ninguém. Agora seria muito mais difícil. -----

----- A ZER era uma coisa que iria avançar no espaço e no tempo, como tudo na vida. Por exemplo já não se esfolavam os joelhos no parque infantil porque tinham uma coisa chamada borracha, quando era em brita aleijava. As coisas iam sendo feitas no seu tempo. -----

----- Era a favor da ZER e por si, do Marquês de Pombal para baixo só passavam autocarros, polícia, bombeiros, moradores e carros da limpeza urbana, transportes públicos. Tudo o resto se quisesse lá entrar teria que pagar uma taxa, de preferência à Junta de Freguesia para poder fazer mais coisas. -----

----- Os valores da taxa turística seriam revistos em 2023, era a informação que tinha da Câmara dada ao público na Assembleia Municipal. -----

----- **Membro Sónia Costa (PCP)** disse que não tinha falado em o suplemento de insalubridade e penosidade não ser pago e sim que a atualização não era paga. -----

----- Relativamente às ações de formação, nem faria sentido estar a misturar pessoas com funções e tarefas diferentes na mesma ação de formação, exceto nalguns casos. O intuito da pergunta não era esse. O que acontecia era que em muitas organizações a formação profissional era ministrada aos quadros superiores e existiam outros trabalhadores que não tinham oportunidade de frequentar ações de formação, a Lei permitia alguma flexibilidade nisso. Só queria saber se a Junta de Freguesia tinha um plano de formação perfeitamente adaptado e se abrangia as diferentes categorias de trabalhadores. -----

----- Quando dizia trabalhadores e não colaboradores era por uma questão ideológica. O Senhor Presidente sabia perfeitamente o que queria dizer com isso quando falava em trabalhadores e não em colaboradores. Não era o código da colaboração. -----

----- Em relação ao centro de saúde, não sabia como faziam o programa para as eleições mas o PCP quando fazia os programas, por exemplo quando dizia que queriam um centro de saúde em Santo António, tinham soluções. Nem lhe passaria pela cabeça que o Senhor Presidente não tivesse soluções para apresentar no sentido de levar o centro de saúde tão desejado à Freguesia. -----

----- Não queria que ficasse no ar que o PCP queria um centro de saúde e não tinha soluções. Ficava um ruído no ar que era desnecessário e não podia deixar de fazer essas observações. -----

----- **Membro Maria Elisa Rodrigues (PSD)** lembrou que a mobilidade era definida pela CML e gostaria que os novos eleitos fizessem de bicicleta desde o Campo Mártires da Pátria até ao Príncipe Real, aí depois falariam. Era fácil andar dos Restauradores ao Rato mas fazia todos os dias a pé da Avenida da Liberdade até à escola Passos Manuel e tinha que subir ao Príncipe Real, se a pé era difícil muito mais seria de bicicleta. -----

----- Se não conhecessem bem a zona podia fazer de guia num percurso e veriam. Era essa sugestão. -----

----- **Membro João Afonso (PS)** disse que era tudo uma questão de cota e escolher o percurso. Não sabia se seria mais fácil ir a pé ou de bicicleta, porque os passeios também deixavam muito a desejar e não estava a ver que nesse percurso houvesse grandes soluções de uma acessibilidade segura do ponto de vista pedonal. -----

----- Fazia a Freguesia essencialmente a pé e muitas vezes ia pelo caminho das bicicletas, que também podiam ser elétricas, o que era algo muito vantajoso para fazer subidas. -----

----- Tendo sido eleito pelo PS numa lista que era constituída por pessoas do PS e dos “Cidadãos por Lisboa”, havia algumas questões a colocar do ponto de vista do Orçamento da Câmara e daquilo que se estava a passar. -----

----- Sabiam todos que os últimos dois anos foram complicados do ponto de vista financeiro e orçamental para a autarquia de Lisboa, mas o fecho de contas do anterior mandato era saudável. Do ponto de vista das previsões, do que estava programado em termos de investimento para a CML, estando certo que o Doutor Carlos Moedas iria dar continuidade a muito do que estava previsto, era auspicioso e bastante complexo do ponto de vista da implementação. -----

----- Obviamente que houve uma série de problemas, nomeadamente a taxa turística, as flutuações do mercado imobiliário. Quem foi eleito nesse momento, a atual Vereação e o seu Presidente, iriam tentar pegar em algo que fosse fácil de diabolizar e difícil de compreender, que era o Orçamento e as Contas, mas estava certo para o bem de todos, não era uma questão eleitoral, que não seria assim tão problemático. -----

----- Exemplo disso era o facto de até ao final do ano ser pago 50% do que estava em dívida e possivelmente seria possível pagar mais rapidamente os outros 50%, que lhe parecia ser isso que estava previsto. -----

----- Gostava mais de saber era quais os contratos de delegação de competências que o novo Executivo Municipal pretendia ou não levar a cabo, porque havia ainda algumas dificuldades. O valor de 1.300.000 euros tinha a ver com essas incertezas que ainda se mantinham, eram decisões sérias a ser tomadas. -----

----- Também compreendia a dificuldade de quem iniciava um novo mandato. Era mais um comentário, uma crítica mas compreendia e aceitava que assim fosse, estando certo que dentro em breve estariam a votar um orçamento rectificativo fruto também de decisões que não dependiam da Junta de Freguesia, mas o Senhor Presidente estaria mais informado e mais descansado sobre essas matérias. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 045\_A\_AF de Opções do Plano e Orçamento para 2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 8 votos a favor (PSD, CDS-PP e IL), 2 votos contra (PCP e BE) e 3 abstenções (PS) -----

----- **Membro João Afonso (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Os eleitos do PS e “Cidadãos por Lisboa” abstêm-se na votação do Orçamento como um voto de confiança e de esperança que o trabalho na Freguesia de Santo António tenha um bom fim.”* -----

----- **Ponto 4. – Análise, discussão e deliberação da Proposta nº 046 A AF/21 – Nomeação SROC para 2022;**-----

----- **Membro Joana Mira (IL)** disse que tinha estado a analisar e queria saber quais foram os critérios utilizados para a nomeação da Tocha Chaves e Associados para sociedade revisora oficial, se foi feito algum concurso público, que valores estavam a falar. Se o Senhor Presidente pudesse esclarecer agradecia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** respondeu que era uma questão de continuidade. Os valores eram os do mercado, não havia necessidade de concurso público, que mantinham os preços do anterior ano. -----

----- **Membro Joana Mira (IL)** disse que desconhecia ser a Tocha Chaves e Associados que já fazia a revisão oficial das contas da Freguesia. Agradecia o esclarecimento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 046\_A\_AF/21 – Nomeação SROC para 2022**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS e IL), e 2 abstenções (PCP e BE) -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **Freguesa Sara Amâncio** fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Estou interessada em continuar a acompanhar os trabalhos da Freguesia. Pela minha parte ótimos trabalhos e boas festas.* -----

----- *Senhor Presidente, gostei muito da forma como dirigiu a Assembleia.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que antes de terminar a Assembleia queria agradecer algo que não sabia se aperceberam, que foi terem falado essencialmente da Freguesia, o que lhe agradava imenso, não estarem a discutir temas de política internacional e do Governo. -----

----- Era normal que houvesse umas bicadas ou outras na Câmara Municipal, de certa maneira estavam muito interligados com eles e em particular no que tocava a dinheiro, porque tinha uma influência muito grande no que a Junta podia ou não fazer, mas agradecia imenso os comentários terem sido focados na Freguesia. -----

----- Uma coisa que lhe desagradava muitas vezes nas Assembleias era estarem a falar de políticas muito mais abrangentes, coisas que não lhes diziam respeito. Pessoalmente estava ali sem grande interesse nessa política mais alargada, estava apenas pelos fregueses e vizinhos. Não deixava de ser interessado mas não era um assunto que

gostasse de ver debatido ali nas Assembleias e agradecia imenso por se terem focado nos temas específicos da Freguesia, que era para isso que foram todos eleitos. -----  
----- Leu a **Ata em minuta referente à presente reunião** e submeteu à votação, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----  
----- Seguidamente, não havendo mais intervenções, deu por encerrada a reunião. -----  
----- Eram vinte e uma horas e dez minutos. -----  
----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----  
1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -  
----- PRESIDENTE -----